FALL QUARTER 2010
November 18, 2010

PORTUGUESE EXAM FOR LATIN AMERICA HISTORY FIELD — Professor Summerhill

PLEASE TRANSLATE AS MUCH AS YOU CAN INTO GOOD ENGLISH PROSE.

YOU HAVE 90 MINUTES.

YOU MAY USE A DICTIONARY, BUT NO OTHER AIDS ARE ALLOWED.

PLEASE INCLUDE THE EXAM WHEN YOU HAND IN YOUR BLUE BOOK.
feiras, mas sobretudo porque elas delinearam a forma pela qual o mercado de trabalho se organizaria.

As mudanças econômicas e sociais, bem como o impacto da imigração europeia na região cafeeira, serão discutidos em função das alterações verificadas na legislação escravista nacional (especialmente com a Lei dos Sexagenários), bem como nas posturas municipais. Uma maior ênfase será dada à participação dos escravos na sociedade construída pelos homens livres. Essa crescente participação dos escravos estrangulou lentamente a estratégia elaborada para controlar o mercado de trabalho livre e, definitivamente, quebrou o consenso estabelecido em 1871.

O terceiro capítulo investiga as múltiplas formas de protesto dos escravos; em especial será estudado o papel das fugas de escravos como fator que forçaria adaptações e mudanças. As fugas diferenciam-se das outras formas de resistência, pois, enquanto delito, elas não só não obtêm pleno apoio da sociedade para sua repressão, como também implicam muitas vezes a extensão da repressão aos homens livres. Como se verá, com exceção das fugas, as outras formas de resistência e inconformismo foram mais facilmente absorvidas pelo sistema, tendo apenas um efeito marginal no desmantelamento da escravidão. Realmente, essas outras formas de resistência, a despeito de algumas terem contribuído para o estreitamento dos vínculos entre escravos e população livre, puderam ser controladas e incorporadas pelo próprio sistema escravista.

No último capítulo o objetivo é encadear na discussão o final do processo legal de abolição. A análise desse final de processo, a par de seu desenrolar ao nível legislativo, dar-se-á ao nível do munícipio e da própria fazenda, pois ali emergiram as dificuldades reais para o controle do processo de transição. Dissimulação e acobertamento tornaram o controle da mobilidade dos escravos um problema muito complexo. Consequentemente, a proliferação de posturas municipais voltadas para o controle dos escravos criou, na sociedade livre, um antagonismo generalizado, pois o controle dos escravos implicou também controle a sociedade livre, que, crescentemente, mantinha contatos com escravos. Essa situação gerou um sentimento de repulsa à ordem escravista, que tornou-se política e socialmente insustentável.

CAPÍTULO 1

1871

O significado da lei

Em 1871, quando Rio Branco foi convidado pelo imperador para formar um novo gabinete, ele escreveu a alguns líderes políticos do Partido Conservador convidando-os a tomar parte no novo governo, sob sua liderança. Essas cartas mencionavam quatro reformas prioritárias que deveriam ser implementadas pelo novo gabinete: o sistema eleitoral, a administração da justiça, a guarda nacional e o elemento servil. Tais reformas representavam o eixo sobre o qual as questões nacionais tinham girado durante o final da década de 60.

Os convites de Rio Branco, no entanto, foram reveladores das dificuldades para o encaminhamento dessas reformas. O próprio Rio Branco enfatizava seu programa de reformas de maneira diferente, dependendo da posição política da pessoa à qual o convite era enviado. Sabendo, por exemplo, da posição de Cotelipe a esse tipo de proposta,1 Rio Branco argumentava que as reformas não poderiam ser negligenciadas pelo governo. Já no seu convite a Duarte de Azvedo,2 Rio

---

1) Arquivo Histórico do Itamarati (AHI) — Coleção particular do visconde do Rio Branco, lata 618, maço 1, pasta 1. A cópia original está no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) — Arquivo do barão de Cotelipe, lata 53, doc. 22, de 6 de março de 1871.

2) AHI — Coleção particular do visconde do Rio Branco, lata 316, maço 4, pasta 13, Carta de Rio Branco a Manuel Antônio Duarte de Azvedo, 1 de março de 1871.
Branco afirmava que os projetos que seriam enviados, *tinham que ser sustentados, apoiados e defendidos com o máximo vigor*. Com referência à reforma do elemento servil, implementada pela lei de 1871, Rio Branco identificava, como aspecto central dessa reforma, o impedimento da perpetuação da escravidão pelo ventre materno, ou seja, tratava-se de impedir o nascimento de filhos escravos através do direito dado ao proprietário pela escravidão da mãe. Tal reforma deveria levar em conta os direitos de propriedades dos donos de escravos.

Os convites de Rio Branco, escritos antes da aprovação da Lei do Ventre Livre, de 1871, demonstram que, mesmo antes de discutida e aprovada, essa lei teve uma significação diferente, não apenas para historiadores, mas também para os seus contemporâneos. Escravos, fazendeiros, políticos, imigrantes e jornalistas viram os eventos que antecederam a legislação de 1871 sob perspectivas diferentes. A diversidade de sentimentos e interpretações relativos à Lei do Ventre Livre é, por si só, evidência da complexidade daquele momento na história brasileira, bem como um indicador das dificuldades para se entender o significado da lei de 1871.

Uma explicação amplamente aceita para a aprovação da lei de 1871 coloca essa legislação na estrutura geral da transição para um sistema capitalista. A Lei do Ventre Livre foi uma fase essencial nessa transição, tal como houvera sido a abolição do tráfico africano de escravos. Essa abordagem teórica genérica está presente em todas as diversas explicações da lei de 1871, embora os autores diviram quanto à natureza da conjuntura na qual se formulou a lei, bem como quanto às razões precisas, motivadoras da decisão governamental de introduzir aquela legislação.

Dentre as diferentes linhas interpretativas que oferecem uma explicação para implementação da reforma servil via legislação, existem três linhas de argumentação principais. A primeira enfatiza a participação da Inglaterra na conjuntura de 1871, dentro da temática da modernização do Brasil. Para os historiadores dessa corrente, o ano de 1871 foi um dos marcos mais significativos da influência britânica no país, tendo a Lei Rio Branco a última medida imposta pela Inglaterra dentro desse contexto. Uma segunda linha de abordagem argumenta que a lei de 1871 foi um acordo que, por um lado, destruiu a escravidão como instituição, mas, por outro, permitiu a continuidade da existência de escravos, adiantando portanto a solução final da questão da mão-de-obra. Finalmente, existe ainda uma interpretação que acentua o papel pessoal de D. Pedro II na iniciativa desse processo legislativo.

Dentre das diferentes tendências apontadas existe, em síntese, uma análise bastante razoável a respeito do processo de elaboração da Lei do Ventre Livre, apesar de os autores qualificarem os acontecimentos de 1871 apenas como um episódio dentro da estrutura mais ampla da transição para o capitalismo. Nenhum deles apresenta a questão focalizando a legislação escravista em si mesma e, o que é mais relevante para este trabalho, nenhum expressa a legislação escravista como sendo um componente para a organização e disciplina do mercado de trabalho livre no Brasil nesse momento decisivo. Em consequência disso, muitas questões fundamentais, no que diz respeito à relação entre a lei de 1871 e a organização do mercado de trabalho, permanecem inadequadamente desenvolvidas. A primeira é que, ao enfocar a elaboração da legislação, dando prioridade a outros assuntos contem...
Branco afirmava que os projetos que seriam enviados, *tinham que ser sustentados, apoiados e defendidos com o máximo vigor*. Com referência à reforma do elemento servil, implementada pela lei de 1871, Rio Branco identificava, como aspecto central dessa reforma, o impedimento da perpetuação da escravidão pelo ventre materno, ou seja, tratava-se de impedir o nascimento de filhos escravos através do direito dado ao proprietário pela escravidão da mãe. Tal reforma deveria levar em conta os direitos de propriedades dos donos de escravos.

Os convites de Rio Branco, escritos antes da aprovação da Lei do Ventre Livre, de 1871, demonstram que, mesmo antes de discutida e aprovada, essa lei teve uma significação diferente, não apenas para historiadores, mas também para os seus contemporâneos. Escravos, fazendeiros, políticos, imigrantes e jornalistas viram os eventos que antecederam a legislação de 1871 sob perspectivas diferentes. A diversidade de sentimentos e interpretações relativos à Lei do Ventre Livre é, por si só, evidência da complexidade daquele momento na história brasileira, bem como um indicador das dificuldades para se entender o significado da lei de 1871.

Uma explicação amplamente aceita para a aprovação da lei de 1871 coloca essa legislação na estrutura geral da transição para um sistema capitalista. A Lei do Ventre Livre foi uma fase essencial nessa transição, tal como houvera sido a abolição do tráfico africano de escravos. Essa abordagem teórica genérica está presente em todas as diversas explanações da lei de 1871, embora os autores diviram quanto à natureza da conjuntura na qual se formulou a lei, bem como quanto às razões precisas, motivadoras da decisão governamental de introduzir aquela legislação.

Dentro das diferentes linhas interpretativas que oferecem uma explicação para implementação da reforma servil via legislação, existem três linhas de argumentação principais. A primeira enfatiza a participação da Inglaterra na conjuntura de 1871, dentro da temática da modernização do Brasil. Para os historiadores dessa corrente, o ano de 1871 foi um dos marcos mais significativos da influência britânica no país, sendo a Lei Rio Branco a última medida imposta pela Inglaterra dentro desse contexto. Uma segunda linha de abordagem argumenta que a lei de 1871 foi um acordo que, por um lado, destruiu a escravidão como instituição, mas, por outro, permitiu a continuidade da existência de escravos, adiando por tanto a solução final da questão da mão-de-obra. Finalmente, existe ainda uma interpretação que acentua o papel pessoal de D. Pedro II na iniciativa desse processo legislativo.

Dentro das diferentes tendências apontadas existe, em síntese, uma análise bastante razoável a respeito do processo de elaboração da Lei do Ventre Livre, apesar de os autores qualificarem os acontecimentos de 1871 apenas como um episódio dentro da estrutura mais ampla da transição para o capitalismo. Nenhum deles apresenta a questão focalizando a legislação escravista em si mesma e, o que é mais relevante para este trabalho, não apresenta a legislação escravista como sendo um componente para a organização e disciplina do mercado de trabalho livre no Brasil nesse momento decisivo. Em consequência disso, muitas questões fundamentais, no que diz respeito à relação entre a lei de 1871 e a organização do mercado de trabalho, permanecem inadequadamente desenvolvidas. A primeira é que, ao enfocar a elaboração da legislação, dando prioridade a outros assuntos contem-
porâneos (especialmente o papel da Inglaterra nesse processo, ou ainda a dimensão da ação pessoal de Pedro II) perde-se de vista a dimensão crucial do tempo. Por exemplo, analisando-se a lei de 1871 em relação à influência inglesa no Brasil, a tendência é acentuar os eventos entre 1861-1863 e 1865-1869, como a questão Christie e a retomada das relações diplomáticas entre Brasil e Inglaterra, em paralelo com a supressão do Bill Aberdeen em 1868.

função dos diferentes momentos e formas assumidas por essas manifestações.

Um outro ponto que não tem sido suficientemente enfatizado é a inserção da legislação escrava num sistema nacional de leis, bem como a transformação dessa legislação num poderoso mecanismo de controle social. A legislação escrava foi elaborada e implementada pela sociedade dos homens livres, no sentido de que essa sociedade formulava, através da legislação, um projeto político integrando um universo mais amplo do que o observado por um campo específico da legislação. A lei de 1871, por exemplo, foi proposta e aprovada por um setor da classe dominante, que pretendia perpetuar e consolidar o exercício da sua própria hegemonia através dessa lei. Este aspecto pode ser melhor entendido se lebrarmos da impossibilidade conceitual de uma sociedade escrava ser regida pela lei, pois as relações entre escravo e senhor têm que ser, necessariamente, determinadas pela vontade do senhor.

Avançando mais detidamente no argumento que se pretende aprofundar aqui, deve ser apontado que a lei de 1871, nas suas relações com as instituições judiciais e com as forças executoras da legislação, deu ao escravo uma personalidade legal. A escravidão começou a ser legalmente extinta, o Estado intervém nas relações de trabalho como regulador da determinação dada pela vontade do senhor, na relação com o escravo. Obviamente a liberação dos escravos passava a ter um relativo impacto na formação do mercado de trabalho no Brasil, contudo, a transição para um mercado de trabalho livre não significava, para a elite, o fim do mecanismo de controle desse mercado de trabalho. Pelo contrário, a transição deve ser vista como um episódio desse processo mais geral. As relações estabelecidas no processo legislativo entre a Lei do Vento Livre de 1871 e a Lei de Locação de Serviços de 1879 definem com bastante clareza esse aspecto. Como veremos no próximo capítulo, a Lei de Locação de Serviços já estava sendo discutida antes mesmo que a lei de 1871 tivesse sido decerta e, por isso mesmo, a Lei de Locação de Serviços foi retomada e reformulada sob a influência da Lei Rio Branco.

Um terceiro ponto, que os historiadores têm perdido de vista, é o papel dos regulamentos das autoridades municipais na organização do mercado de trabalho. É importante perce-